

A desvalorização do real: um teste para o Mercosul*

*Beky Moron de Macadar***

A mudança da política cambial brasileira no dia 13 de janeiro de 1999, estabelecendo uma banda cambial ampla para a relação real/dólar, e a subsequente alteração de política, permitindo a livre flutuação do câmbio, desencadearam uma desvalorização acentuada da moeda. O novo regime cambial configura uma modificação drástica da política cambial preexistente e, ao mudar bruscamente as condições de concorrência intrazona, constitui um teste para a sobrevivência do Mercosul.

A partir da mencionada alteração, o equilíbrio anterior dos custos e dos benefícios para os países-membros permanecerem no bloco foi rompido, e uma nova relação de equilíbrio deve ser atingida, sob pena de colocar em risco a aliança estratégica e a continuidade do processo de integração em andamento.

Este artigo aborda, na primeira seção, o impacto da crise brasileira nos outros países-membros do bloco. Na segunda seção, descrevem-se as reações à crise por parte desses países e, na terceira seção, algumas das repercussões que a mesma está tendo nas negociações de áreas de livre comércio do Mercosul respectivamente com a Comunidade Andina (Can), com a União Européia (UE) e com os Estados Unidos, esta última para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Por último, encerra-se o texto com algumas considerações finais.

1 - A alteração dos custos e benefícios de pertencer ao Mercosul

A partir da implantação do Plano Real e em função do aumento da demanda interna propiciada pela estabilização, a economia brasileira transformou-se

* Este artigo foi elaborado com dados disponíveis até 31.03.99.

** Economista, Técnica da FEE.

A autora agradece os comentários e as sugestões dos Economistas Álvaro Antônio Garcia, Teresinha da Silva Bello e Sônia Unikowsky Teruchkin, do Núcleo de Estudos de Relações Internacionais da FEE, bem como a colaboração do estagiário Mario Della Casa.

na locomotiva do Mercosul em vários aspectos e, principalmente, em termos de comércio e investimentos.

Enquanto no período 1992-94 para a Argentina e em 1992-95 para Uruguai os saldos comerciais bilaterais com o Brasil tinham sido deficitários, nos períodos 1995-98 e 1996-98, respectivamente, inverteu-se o sinal, contribuindo para a manutenção de níveis elevados de crescimento em ambos os países. Em relação ao Paraguai, embora o saldo do comércio bilateral fosse deficitário para esse país ao longo de toda a década de 90, o comércio de fronteira lhe era altamente favorável (Tabela 1).

Tabela 1

Intercâmbio comercial brasileiro com o Mercosul — 1990-98

(US\$ mil FOB)

ANOS	MERCOSUL			ARGENTINA		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1990	1 320 244	2 319 551	-999 307	645 140	1 399 680	-754 540
1991	2 309 353	2 268 370	40 983	1 476 170	1 614 680	-138 510
1992	4 097 469	2 228 563	1 868 906	3 039 984	1 731 625	1 308 359
1993	5 386 910	3 378 254	2 008 656	3 658 779	2 717 266	941 513
1994	5 921 476	4 583 270	1 338 206	4 135 864	3 661 966	473 898
1995	6 153 768	6 843 924	-690 156	4 041 136	5 591 393	-1 550 257
1996	7 305 282	8 267 300	-962 018	5 170 032	6 783 890	-1 613 858
1997	9 043 939	9 617 980	-574 041	6 767 277	8 110 951	-1 343 674
1998	8 877 102	9 424 830	-547 728	6 747 109	8 028 193	-1 281 084

ANOS	PARAGUAI			URUGUAI		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1990	380 484	332 778	47 706	294 621	587 093	-292 472
1991	496 114	219 587	276 527	337 068	434 103	-97 035
1992	543 320	194 998	348 322	514 166	301 940	212 226
1993	952 320	275 609	676 711	775 811	385 379	390 432
1994	1 053 623	352 455	701 168	731 988	568 850	163 138
1995	1 300 733	514 654	786 079	811 899	737 877	74 022
1996	1 324 582	551 483	773 099	810 668	931 927	-121 259
1997	1 406 683	527 732	878 951	869 979	979 297	-109 318
1998	1 249 431	348 636	900 795	880 562	1 048 001	-167 439

FONTE: MICT/SECEx/DTIC/Sistema Alice.

NOTA: A partir de março de 1996, os dados referentes às importações são preliminares.

Com a desvalorização do real, é previsível uma reversão na direção dos fluxos de comércio Brasil-Argentina e Brasil-Uruguai e um aprofundamento do saldo deficitário paraguaio no comércio Brasil-Paraguai, bem como uma redução do comércio de fronteira na direção Paraguai-Brasil. Isto porque os produtos brasileiros tornam-se mais competitivos, concorrendo em condições mais favoráveis com outros produtos importados de terceiros países pelos países-membros do Mercosul e com a própria produção interna dos países-sócios. Tal fato tende a aumentar as exportações brasileiras para o Mercosul e reduzir as importações dessa origem.

Considerando que a Argentina já tinha superado o limite máximo de US\$ 5 bilhões de déficit comercial total acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para 1998 e que, tanto o Paraguai quanto o Uruguai apresentaram balanças comerciais deficitárias nesse mesmo ano, o efeito da desvalorização brasileira será o de agravar essa situação. Isso vai se refletir negativamente no balanço de pagamentos dos três países e ocasionar um acréscimo nos respectivos déficits na conta de transações correntes.

Em outras palavras, o Brasil, ao manter saldos deficitários no comércio com a Argentina e com o Uruguai e, ao absorver uma parcela importante do comércio de fronteira paraguaio, conseguia compensar, em parte, as vendas decrescentes desses países para terceiros mercados, dando maior coesão ao bloco. Na situação atual, ele não consegue exercer mais essa importante força centrípeta para manter o Mercosul aglutinado.

Uma outra área importante do relacionamento entre os países do Mercosul e extrazona onde o impacto da desvalorização brasileira vai se refletir diz respeito aos investimentos.

No processo da integração, a derrubada das barreiras tarifárias e o aumento do comércio daí decorrente favoreceram a racionalização da produção das empresas transnacionais que já operavam simultaneamente em dois ou mais países do bloco e induziram à captação de novos investimentos diretos estrangeiros, bem como a multinacionalização das firmas de capital nacional.

O nível de investimentos recíprocos entre os países do Mercosul ampliou-se de forma acelerada nos últimos anos, predominantemente entre os dois países de maior peso no bloco, Argentina e Brasil, ao ponto de as principais empresas líderes de diversos setores já estarem posicionadas em ambos os mercados. Dados da Embaixada Argentina em Brasília mostram que no período 1990-97,¹ o valor acumulado dos principais investimentos de empresas argenti-

¹ Para o ano de 1997, apresentam-se as informações apenas do período de janeiro a julho. O levantamento considera tão-somente as informações disponíveis para investimentos superiores a US\$ 200.000.

nas no Brasil alcançava US\$ 766,7 milhões e o dos principais investimentos de empresas brasileiras na Argentina representava US\$ 691,7 milhões. Além disso, os principais projetos de investimentos recíprocos previstos para o período 1997-00 estavam na casa dos US\$ 1,190 bilhão para o Brasil e US\$ 830 milhões para a Argentina.

A alteração na política cambial brasileira torna o investimento mais caro para as empresas do País que desejam se instalar nos outros países-membros do bloco. Entretanto os ativos no Brasil ficaram mais baratos, se cotados em dólar, aumentando a atratividade da localização de novos investimentos no território brasileiro, para atender ao mercado regional ampliado, em detrimento de outros países do Mercosul.

Por outra parte, a crise brasileira aprofundou os efeitos perversos das crises asiática e russa que já se abatiam sobre os países emergentes, e isso se fez sentir com maior intensidade na América Latina, em função da contigüidade geográfica com o Brasil, ou seja, a crise de credibilidade dos países emergentes, em função das perdas sofridas por investidores externos nos mercados da Ásia e da Rússia, agravada pela situação brasileira, tornou investidores e especuladores estrangeiros mais avessos ao risco. Não só ficou mais cara e escassa a captação de recursos externos para o financiamento da produção e do comércio exterior, como também se prevê uma retração do fluxo de investimentos diretos estrangeiros direcionados para esses países.

Acrescente-se, ainda, a queda generalizada dos preços internacionais das *commodities* e a redução na taxa de crescimento do comércio mundial e tem-se um cenário previsível de contração do Produto Interno Bruto (PIB) regional e de aumento do desemprego na América Latina.

Diante desse quadro, não é de surpreender que os governos e a sociedade dos países do Mercosul passassem a questionar as vantagens da "aliança estratégica" entre os países-membros. Entretanto, vale lembrar, por exemplo, que, entre 1992 e 1994, a Argentina já manteve saldos deficitários com o Brasil, que, no acumulado, somaram US\$ 2,7 bilhões, e isso foi enfrentado sem traumas, pela via de uma maior absorção brasileira de produtos argentinos, principalmente, petróleo, trigo e seus derivados, e pelo afluxo positivo de capitais externos àquele País. A aflição de hoje provém da inevitabilidade de um impacto recessivo nas economias da região em um contexto internacional adverso.

2 - Reações à crise do real por parte dos países-membros do Mercosul

Na Argentina, principal parceiro comercial do Brasil no Mercosul, a preocupação com a chamada "brasildependência" gerou um alerta generalizado na sociedade, uma vez que aproximadamente 32% das exportações totais argentinas são destinadas ao Brasil.² A gravidade da situação pode ser exemplificada pelo grau de dependência da Argentina em relação ao mercado brasileiro para segmentos importantes da produção (Tabela 2) e pelo grau de dificuldade da substituição do mercado brasileiro por outros mercados, conforme dados de Melconian (1998). O complexo automotivo, que concentra quase 90% de suas exportações totais no Brasil e constitui aproximadamente um terço da pauta de exportações argentinas no comércio bilateral, tem uma possibilidade de redirecionamento muito baixa e será o elemento determinante da magnitude do déficit previsto.

Em uma análise por produtos deveriam ser incluídos casos como, por exemplo, lácteos, fibra de algodão, borracha e calçados, que concentram no Brasil, no mínimo, 50% de suas exportações.

Tabela 2

Participação percentual das exportações argentinas, por setores selecionados, absorvida pelo mercado brasileiro — 1996

SETORES	GRAU DE ABSORÇÃO (%)	POSSIBILIDADE DE REDIRECIONAMENTO
Veículos e autopeças	89,6	Muito baixa
Material elétrico	48,5	Baixa
Combustíveis	42,5	Elevada
Frutas e hortaliças	38,5	Muito elevada
Cereais	35,6	Muito elevada
Têxteis	35,4	Média
Minérios	30,3	Elevada

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MELCONIAN, Carlos (1998).

Diante da mudança na política cambial brasileira, a União Industrial Argentina (UIA) mobilizou-se rapidamente, pressionando para que o governo tomasse providências a fim de evitar uma drástica redução das exportações argentinas para o Brasil e uma possível avalanche, no mercado interno, de produtos brasilei-

² As exportações da Argentina para o Paraguai e para o Uruguai representam apenas 2,5% e 3% respectivamente.

ros a preços mais competitivos. Dentre as medidas propostas por essa instituição e por outros segmentos da sociedade estão aquelas que deveriam ser implementadas pela Argentina e aquelas que deveriam ser negociadas com o Brasil. Pelo lado argentino, incluem-se as seguintes: elevação temporária das tarifas de importação para produtos procedentes do Brasil; aplicação de forma mais rígida de sua legislação "antidumping", etc. Em relação às medidas a serem adotadas pelo Brasil, recomendavam negociar restrições voluntárias às exportações brasileiras por meio do estabelecimento de cotas ou de outras modalidades; negociar salvaguardas para produtos brasileiros, cujas exportações aumentassem rapidamente em relação às médias históricas, causando dano ou ameaça de dano à produção argentina desses produtos; requerer a eliminação, para todos os produtos, da exigência brasileira de licença prévia de importação; solicitar o cancelamento das recentes medidas de controle sanitário e fitossanitário nas alfândegas; negociar a abolição ou a revisão de incentivos brasileiros às exportações.

A primeira reação do Presidente Menem, tentando evitar o contágio, foi a de propor que o Brasil e toda a América Latina passassem a utilizar o dólar como a moeda da região. Num segundo momento, aconselhou ao Brasil a adoção do *currency board*, ou seja, um sistema semelhante ao plano argentino de coversibilidade. Entretanto, para viabilizar a sua adoção, o Brasil teria que repactuar sua dívida interna de forma compulsória, alongando os prazos de vencimento dos títulos que o Governo coloca no mercado. Como isso praticamente seria a declaração de uma moratória da dívida interna, Menem conseguiu aumentar a desconfiança dos investidores externos, criando maior incerteza sobre as medidas que o Brasil iria tomar para debelar a crise.

Não bastando esse estrago, o Presidente argentino, ao ver que suas propostas ao Brasil não tiveram eco, passou a anunciar que a Argentina estava elaborando um projeto para a total dolarização da sua economia, isto é, para substituir o peso argentino pelo dólar como moeda do país, renunciando, implicitamente, à formulação e à condução da sua própria política monetária. Isso só fez aumentar as incertezas quanto ao futuro do Mercosul, ou seja, se a Argentina passasse a adotar o dólar, inviabilizaria a sobrevivência do próprio pacto regional, uma vez que isso precipitaria a Área de Livre Comércio das Américas de forma incondicional, situação que seria inaceitável para o Brasil. Contudo vale a pena lembrar que há eleições presidenciais na Argentina marcadas para este ano, tratando-se, portanto, de uma proposta que, dependendo dos resultados eleitorais, poderá não ter continuidade no próximo governo.

Frente às previsões catastrofistas, a Argentina adotou algumas medidas que poderiam atenuar, ao menos em parte, o impacto da crise do real na sua economia. Assim, anunciou que não iria renovar o Convênio de Créditos Recí-

procos (CCR)³, o que, na prática, obrigará o importador argentino a pagar à vista os produtos importados do Brasil que faziam uso dessa cobertura. Também passou a exigir o preenchimento de formulários especiais para a importação de produtos catalogados como “sensíveis”; implementou a redução de 14% para 6% nas tarifas de importação de bens de capital produzidos por países não membros do Mercosul e regulamentou a redução das contribuições sociais das empresas.

Nos meses anteriores, a Argentina já tinha se precavido de uma eventual desvalorização do real e de uma previsível escassez no fluxo de capitais externos por meio da contratação de vários empréstimos junto às organizações multilaterais de crédito. No final de 1998, contratou US\$ 2,75 bilhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e US\$ 3,0 bilhões do Banco Mundial (BIRD), que vieram se somar a um empréstimo voluntário de US\$ 2,8 bilhões do Fundo Monetário Internacional concedido no início daquele ano, perfazendo um total de US\$ 8,55 bilhões (ARGENTINA ..., 1999). Existe, ainda, a possibilidade de que o FMI amplie o crédito de US\$ 2,8 bilhões para US\$ 6 bilhões.

Essa rede de segurança, somada às políticas fiscal e monetária conservadoras adotadas pela Argentina e a uma situação relativamente controlada do déficit fiscal e do déficit na conta corrente do balanço de pagamentos desse país contribuíram para evitar o contágio do ataque especulativo ao real. Entretanto, em função da previsível redução da atividade econômica e, conseqüentemente, de um menor crescimento do PIB, a sustentabilidade do próprio plano de conversibilidade será posta em xeque.⁴ Há previsões de que o PIB argentino deverá sofrer uma queda de aproximadamente 1% em 1999.

A queda das receitas fiscais, a deterioração da balança comercial, a crescente dependência de financiamento externo e o encarecimento do mesmo deverão agravar a situação.⁵

³ O CCR permite que os créditos de comércio exterior amparados por ele via Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) sejam compensados periodicamente entre os Bancos Centrais da América Latina.

⁴ Para a manutenção da paridade do peso em relação ao dólar, a Argentina dependeu inicialmente do ingresso de dólares destinados à compra de empresas estatais. Como o programa de privatização praticamente se esgotou, o país vinha dependendo sobretudo de seus intercâmbio comercial superavitário com o Brasil para dar suporte à sua política cambial.

⁵ Um indicador da difícil situação argentina são as captações de recursos externos feitas no mês de fevereiro pela República Argentina a taxas de juros exorbitantes. Foram captados 250 milhões de euros em bônus de nove anos, cupom de 15% a.a. nos dois primeiros anos e, posteriormente, 8% a.a. até o vencimento. Outros 250 milhões de euros em bônus de cinco anos foram captados com um cupom de 9,5% a.a. Uma terceira captação, de US\$ 1 bilhão, foi feita por meio de um bônus de 20 anos, a uma taxa de 12,125% a.a.

O debate na Argentina de hoje é como reduzir a dependência em relação ao Brasil, buscar outros mercados e ter competitividade para enfrentar a concorrência internacional fora do bloco.

No limite, a sociedade argentina terá de escolher entre o aumento do desemprego e a contenção dos salários para manter a paridade peso/dólar, ou desvalorizar a sua moeda. Isto porque, após a adoção da conversibilidade, os preços dos fatores de produção foram se tornando mais caros que no resto do mundo, não obstante os acréscimos de produtividade na economia. Desse modo, as mercadorias importadas, passaram a substituir parte da produção interna, inflando o déficit da balança comercial do país e provocando desemprego. Até a desvalorização do real, essa situação tinha sido amenizada pelas vendas ao mercado brasileiro, mas, diante da perspectiva de uma inversão na direção do fluxo de comércio bilateral, essa saída se tornou inviável.

Em função das tensões geradas pela alteração da política cambial brasileira, a Argentina agendou um encontro entre os presidentes de ambas as nações no início do mês de fevereiro. Carlos Menem e Fernando Henrique Cardoso reuniram-se em São José dos Campos (SP) para estudar as possíveis formas de atenuar os desequilíbrios criados pela nova situação. Apesar de a Declaração Presidencial ter sido muito vaga, alguns compromissos foram assumidos nessa reunião, como forma de compensação pelo Brasil.

O Brasil concordou em excluir da cobertura do Programa de Incentivo às Exportações (Proex), tanto na modalidade de financiamento quanto na de equalização de taxas de juros, as operações de exportação de bens de consumo para os países do Mercosul. Igualmente, ficou de rever os incentivos concedidos aos exportadores que, até esse momento, recebiam o ressarcimento do valor do PIS-Pasep e da Cofins na forma de crédito presumido do IPI (ACABA..., 1999). Além disso, o Governo brasileiro decidiu flexibilizar e estender até o final do primeiro semestre de 1999 o regime especial aplicado a importações do Mercosul no que diz respeito à contratação de câmbio. Dobrou o valor limite para enquadramento no regime especial que beneficia o Mercosul, a Bolívia e o Chile. Esses países ficaram livres da obrigatoriedade de contratação antecipada do câmbio às importações inferiores a US\$ 80 mil.⁶

⁶ Para se beneficiar do regime de excepcionalidade, a importação precisa ser paga até o último dia do segundo mês subsequente ao de registro da Declaração de Importação (DI). Isso circunscreve a excepcionalidade a importações com prazo de pagamento de até 90 dias aproximadamente (IZAGUIRRE, 1999).

Por outro lado, foi criado um grupo especial, intergovernamental, de acompanhamento dos fluxos comerciais bilaterais Brasil-Argentina, com a função de monitorar eventuais elevações súbitas nas exportações brasileiras para esse país.

Além disso, as autoridades brasileiras e argentinas passaram a incentivar negociações diretas entre representantes de empresários dos dois países, a fim de buscar soluções setoriais sem a intervenção do Governo.⁷ Esse processo deve envolver o uso de acordos de restrição voluntária de exportações brasileiras para a Argentina via adoção de cotas, bem como acordos de preços e de complementação industrial, visando preservar mercados e negócios. Com isso, a limitação das exportações brasileiras não seria de caráter governamental e, portanto, não feriria os acordos comerciais do Mercosul nem os compromissos assumidos perante a Organização Mundial do Comércio.

No que diz respeito ao Paraguai e ao Uruguai, apesar de menos comentado, as economias desses dois países deverão sofrer intensamente o impacto da crise brasileira, porque ambos os países são mais dependentes do comércio intra-regional do que a economia argentina ou brasileira. Em 1997, 51% das exportações totais paraguaias tinham como local de destino algum outro país do Mercosul, e 49,7% do total das exportações uruguaias foram direcionadas para os países do bloco. Além da retração da atividade econômica no Brasil e na Argentina, a redução do ritmo de crescimento do comércio mundial criará maiores dificuldades para o Paraguai e o Uruguai substituírem os mercados dos países-sócios por outros mercados externos.

A situação mais delicada está sendo enfrentada pelo Paraguai, no meio do furacão de uma crise política. O então presidente paraguaio participou do encontro de presidentes do Mercosul⁸ ocorrido no Rio de Janeiro em meados do mês de fevereiro (1999), pressionado por protestos de empresários, que defendiam um tratamento diferenciado para o país, e sindicatos operários, que exigiam a revisão do Tratado de Assunção (MERCOSUL ..., 1999). A Associação

⁷ Argumenta-se que a vontade política foi essencial para deslanchar o processo de integração, mas que foram as empresas, pela via dos negócios, que o tornaram realidade. Compete agora aos empresários dos países-membros se entenderem para prevenir desequilíbrios capazes de comprometer o comércio intrazona.

⁸ Encontro propiciado pelo Fórum Empresarial Mercosul/UE. O Presidente Menem foi substituído, na ocasião, pelo Chanceler Guido di Tella.

Rural do Paraguai solicitou a suspensão, por 120 dias, dos efeitos do Mercosul, voltando às barreiras e tarifas anteriores à formação do bloco (ORCINOLI, 1999a). A crise política foi agravada pelo assassinato do vice-presidente do país no mês de março e pela ameaça de *impeachment* do presidente. Ela colocava em risco a manutenção do regime democrático no Paraguai e, portanto, as credenciais para a permanência desse país no bloco, uma vez que o Mercosul condiciona a participação dos países-membros à preservação da democracia. Para contorná-la, o Brasil dispôs-se a aceitar o presidente paraguaio como refugiado político, caso o mesmo renunciasse, o que acabou por acontecer.

Como se não bastasse a crise política, o relatório do Banco Central do Paraguai referente ao ano de 1998 confirmou que esse ano foi o pior da década e que o PIB teve um comportamento negativo de 0,5% (ORCINOLI, 1999). Conforme já foi argumentado acima, a crise brasileira deverá agravar ainda mais esse quadro recessivo.

No Uruguai, também houve manifestações de preocupação com os rumos do Mercosul, por parte da sociedade, e o governo tomou algumas medidas para se adequar à nova realidade. As medidas anunciadas, destinadas a melhorar a competitividade nas áreas agropecuária, pesca, têxtil e automotiva, incluem redução de impostos e estabelecimento de novo cronograma para pagamento de tributos. A crise brasileira afeta, principalmente, o setor de turismo e o comércio exterior, uma vez que, em 1998, as vendas de mercadorias para o Brasil representaram 35% do total de produtos vendidos para o mercado externo. Entretanto sabe-se que as medidas não serão suficientes para neutralizar o dano causado pela desvalorização brasileira e, diante do novo contexto regional, o governo uruguaio alterou sua previsão de crescimento econômico de 1% para 0% em 1999 (URUGUAI..., 1999).

Apesar de o quadro não ser nada animador, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai permanecem com uma vantagem adicional no mercado brasileiro em relação a terceiros países extrazona: a faculdade, oportunizada pelo Mercosul, de poder penetrar nesse mercado com tarifa zero de imposto de importação para seus produtos. Isso ajudará a manter o nível das compras externas brasileiras dentro do bloco, podendo ocorrer uma redução mais do que proporcional das importações brasileiras oriundas de terceiros países, que continuarão enfrentando as tarifas de importação. Tal fato deverá aumentar a participação relativa dos sócios do Mercosul nas importações totais brasileiras, participação que, em 1998, foi de 16,4%.

3 - Algumas repercussões da desvalorização do real nas relações do Mercosul com países e com blocos extrazona

A crise cambial brasileira também afetou as relações externas do Mercosul com a Comunidade Andina, com a União Européia e com os Estados Unidos, neste último caso envolvendo a negociação da ALCA.

Um projeto estratégico do Mercosul é finalizar as negociações com os países da CAN para a formação de uma zona de livre comércio entre os dois blocos a partir do ano 2000, conforme previsto no Acordo-Marco assinado entre ambas partes, no dia 16.04.98.

Esse objetivo seria alcançado através de negociações em duas etapas. A primeira, com prazo limite até 31 de março de 1999, constaria de um acordo transitório de preferências, válido até 31.12.99, com base no chamado "patrimônio histórico"⁹, o qual substituiria os acordos bilaterais vigentes entre os países do Mercosul e da Can. A segunda etapa das negociações seria desenvolvida durante o período de vigência desse acordo transitório.

Até a data da conclusão deste artigo, os avanços para se chegar a um acordo transitório de preferências tarifárias de importação foram muito tímidos e viram-se prejudicados pela crise econômica brasileira. O Mercosul tem flexibilizado suas propostas à Can, aumentando a oferta de preferências tarifárias e reduzindo as expectativas quanto às preferências concedidas pelos andinos. De modo geral, as margens de preferência tarifária outorgadas pelo Mercosul são superiores às margens concedidas pela Can, contudo resta um número significativo de produtos para os quais ainda não se chegou a um consenso. Os maiores impasses nas negociações dão-se nos setores de agricultura, siderurgia e têxteis e confecções, para os quais os países andinos resistem em conceder vantagens tarifárias para as importações desses produtos originários do Mercosul (FERRARI, 1999).

O setor empresarial brasileiro mostra-se contrário a que apenas se renovem os acordos bilaterais porque teme um enfraquecimento da posição negociadora do País, enquanto, para os andinos, não seria indesejável uma simples renovação dos antigos acordos bilaterais, pois as concessões brasileiras são

⁹ Produtos já beneficiados por preferências comerciais nos acordos bilaterais amparados pela ALADI e que tenham gerado comércio.

superiores às preferências outorgadas pelos países da Can. Na atual conjuntura, aos andinos não interessam modificações nos acordos, já que, se abrissem mais o seu mercado concedendo preferências mais elevadas, correriam o risco de aumentarem os déficits comerciais atualmente existentes no seu comércio com o Brasil.

Entretanto um enfraquecimento da vontade política de concluir as negociações entre o Mercosul e a Can poderia prejudicar a estratégia negociadora do Mercosul na ALCA, uma vez que este vem defendendo o caminho dos *building blocks*, ou seja, blocos em construção, aproveitando os diferentes agrupamentos de integração já existentes nas Américas. Por isso, uma América do Sul unida fortaleceria a defesa dos interesses da região.

No que tange às relações entre o Mercosul e a União Européia, o Fórum Empresarial Mercosul/UE realizado no mês de fevereiro de 1999 foi uma oportunidade para que os presidentes dos países-membros do bloco se reunissem e demonstrassem sua unidade aos investidores europeus, apesar das dificuldades conjunturais.

Há uma grande expectativa em relação à possibilidade da próxima reunião do Conselho de Ministros da UE, em maio, resultar na concessão de um mandato para a Comissão Européia negociar um acordo de livre comércio com o Mercosul. Seria a continuação natural do processo de aproximação entre a UE e o Mercosul, iniciado com o Acordo Quadro de Cooperação de 1995.

Como a influência dos Estados Unidos na região ficou mais intensa a partir da montagem do empréstimo internacional de socorro ao Brasil, de US\$ 41,5 bilhões, a UE não deseja perder o espaço já conquistado no comércio e nos investimentos da região e deverá acelerar a aproximação entre os dois blocos.

Por outro lado, o Representante-Adjunto de Comércio dos Estados Unidos para a América Latina, o Canadá e a Ásia recentemente criticou "(...) os setores que, no Brasil, vêm pregando o adiamento da entrada em vigor da ALCA por acharem que com a crise o País precisa se proteger" (CARDONA, 1999, p. A-8). Em sua opinião, tal comportamento acabaria por alimentar o protecionismo, inclusive nos Estados Unidos. Para ele, o Brasil não deve cair na tentação do protecionismo, pois não foi a política de abertura comercial que criou a situação atual. "O fato era que o processo não estava completo, e o mercado é implacável" (CARDONA, 1999, p. A-8), ou seja, o Governo dos Estados Unidos continua pressionando para que o Brasil, às voltas com uma das piores crises da sua história econômica, aumente, ainda mais, a abertura da sua economia.

De fato, a liderança dos Estados Unidos para a concessão do empréstimo internacional ao Brasil foi decisiva, mas, sem dúvida, esse país já previa que, em algum momento, iria cobrar essa conta. E a conta vem sob a forma de pressões para acelerar a ALCA no formato que atenda aos interesses daquele país.

Considerações finais

Passados o primeiro impacto da desvalorização e as manifestações destemperadas, deve-se destacar que, novamente, está prevalecendo a sensatez e o Presidente da Argentina passou a ser mais comedido no tom do seu discurso. Os presidentes dos quatro países do Mercosul vêm procurando manter abertos os canais de comunicação, incitando diplomatas e empresários a buscarem soluções para os problemas criados. Para preservar a continuidade da integração, os governos dos quatro países assumiram o compromisso de não adotar qualquer medida comercial de forma unilateral.

Apesar da vantagem cambial favorável ao Brasil, isso não se refletirá de forma imediata no comércio intra-regional. Em primeiro lugar, porque algum tempo se passa entre a decisão de importar — ou de exportar — e a materialização desse fato e seu reflexo na balança comercial.

Em segundo, a diferença entre as elevadas taxas de juros praticadas no Brasil e aquelas mais baixas praticadas no mercado dos países-sócios ainda pode viabilizar a continuidade da exportação de certos produtos ao Brasil. Isso ocorre porque a taxa de juros mais baixa oferecida ao importador brasileiro pelo financiamento da compra, em alguns casos, pode compensar a variação cambial.

E, por último, o principal fator a refrear o crescimento das exportações brasileiras é a falta de crédito externo. Com a taxa básica de juros interna em torno de 40% ao ano, os financiamentos à exportação ficaram muito onerosos, praticamente anulando o efeito da desvalorização. O fim do Proex para bens de consumo exportados ao Mercosul também atuará como um freio nas vendas para os outros países do bloco. Além disso, como os produtos exportados pelo Brasil ao Mercosul são, majoritariamente, bens manufaturados, muitos deles com elevada participação de componentes ou insumos importados na sua composição, os mesmos terão melhorada sua competitividade apenas no valor agregado nacional, já que o custo dos componentes importados será maior.

Se as negociações entre os empresários do Mercosul de cada segmento agrícola ou industrial de porte conseguissem definir uma estratégia comum de

atuação junto a terceiros mercados, com o objetivo de ampliar as exportações, o bloco sairia fortalecido da crise. Somente a soma de forças e de potencialidades pode dar corpo às vantagens comparativas dos países-membros. Vale lembrar que os quatro países juntos constituem o segundo maior produtor de alimentos do mundo, o que confere um maior peso à região em negociações comerciais ou políticas.

Em relação ao crescimento econômico da região, as perspectivas para o ano de 1999 são sombrias para a América Latina. Recentemente, o FMI reviu sua previsão para o crescimento do PIB latino-americano de 1,5% para zero, como consequência da recessão no Brasil. Apesar disso, com a mudança cambial e a aprovação no Congresso de fortes medidas de ajuste fiscal, a economia brasileira ganhou uma perspectiva que antes não tinha: poderá crescer a taxas mais elevadas no futuro, e isso contribuirá para alavancar o comércio entre os países do Mercosul. Resta saber se o momento dessa recuperação vai ocorrer num prazo suficiente para evitar danos irreparáveis.

Embora a desvalorização tenha provocado tensões nas relações entre os países-sócios, a integração propiciada pelo bloco é um mecanismo que dá força a seus membros num contexto de economia global dominada pelos Estados Unidos, pela Europa e pelo Japão e, por isso mesmo, deverá sobreviver, nem que para isso tenham que ser feitas algumas concessões internas entre os países-membros do bloco.

Bibliografia

ACABA Proex para bens de consumo (1999). **Agência Estado**, 12 fev.

ARGENTINA capta US\$ 1 bilhão em bônus de 20 anos (1999). **Gazeta Mercantil**, 18 fev., p.B-4.

CARDONA, Ismar (1999). Crise brasileira não deve comprometer cronograma da Alca. **Gazeta Mercantil**, 17 mar., p.A-8.

EMBAIXADA da Argentina no Brasil (1997). Argentina-Brasil: compreendimentos conjuntos. Capturado em 4/9/97, <http://cei.mrecic.gov.ar>.

FERRARI, Livia (1999). Poucos avanços para o acordo tarifário entre Mercosul e CAN. **Gazeta Mercantil**, 8 mar., p.A-4.

IZAGUIRRE, Mônica (1999). Importações do Mercosul ficam mais fácil. **Gazeta Mercantil**, 25 fev., p. A-4.

MELCONIAN, Carlos (1998). La sostenibilidad del dinamismo exportador argentino y la importancia del Mercosur. In: **Argentina de cara al mundo 3**. Centro de Economía. Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto. Secretaría de Relaciones Económicas Internacionales. [online] Disponível na Internet via WWW.URL:<http://cei.mrecic.gov.ar>. Arquivo capturado em 20.01.99.

MERCOSUL avalia crise brasileira (1999). **Correio do Povo**, 21 fev., p. 1.

ORCINOLI, Mario (1999). 1998 foi ano ruim para o Paraguai. **Gazeta Mercantil Latino-Americana**, 1-7 mar., p. 31.

ORCINOLI, Mario (1999a). Paraguai pede mais travas. **Gazeta Mercantil Latino-Americana**, 1-7 mar., p. 31.

URUGUAI anuncia medidas anticrise (1999). **Folha de São Paulo**, 4 mar., p. 2-4.